

- 0) X é um conjunto indutivo para qualquer O ;

b) B é um conjunto indutivo quando $O = \emptyset$.

Desde palavras simples que, um grau, os subconjuntos indutivos de um conjunto, para uma dada base e um dado conjunto de operações, não são únicos, pois X e B são ambos conjuntos indutivos, sobre X , de base B e conjunto de operações B .

Definição 4. Sejam X um conjunto, B um subconjunto não vazio de X e O um conjunto de operações em X . O mais pequeno conjunto indutivo, sobre X , de base B e conjunto de operações O é chamado *conjunto indutivo* (ou conjunto gerado) por O em B . Chamaremos ao par (B, O) uma *definição indutiva* sobre o conjunto indutivo X .

Exercício 5. Explique X , B e O no caso de conjunto definido indutivamente no exemplo 1 anterior.

Observação 6. Nas condições da definição anterior, demonstrar-se que o conjunto G gerado por O em B é a interseção de todos os conjuntos indutivos, sobre X , de base B e conjunto de operações O . Alternativamente, demonstrar-se que os elementos de G são exatamente os objetos que podem ser obtidos a partir de B , aplicando um número finito de operações de O .

Definição 7:

1. Chamamos *alfabeto* a um conjunto de símbolos e chamamos *letras* aos elementos de um alfabeto.
2. Dado um alfabeto A , chamamos *palavra* (ou *string*) sobre o alfabeto A a uma sequência finita de letras de A . A notação A^* representará o conjunto de todas as palavras sobre A .
3. À sequência finita de letras de A chamamos *palavra* mais, notando-a por e .
4. Dado e e f em A^* e dados os símbolos a_1, a_2, \dots, a_n , de um alfabeto A (positivamente com repetições), utilizamos a notação $a_1 a_2 \dots a_n$ para representar a palavra sobre A cuja i -ésima letra (para $1 \leq i \leq n$) é a_i .
5. O comprimento de uma palavra e é o comprimento da respetiva sequência de letras. (Em particular, a única palavra de comprimento 0 é ϵ).
6. Das palavras sobre um alfabeto, dizemos que ignora quando tem o mesmo comprimento e contém todas as letras.

Exemplo 18. Consideremos de novo a linguagem de expressões E do Exemplo 8 e consideremos a função $np: E \rightarrow \mathbb{N}$ que a cada expressão de E faz corresponder o número de ocorrências de parênteses menos expressão. Esta função pode ser definida por recursão estrutural em E do seguinte modo:

1. $np(0) = 0$;
2. para todo $e \in E$, $np(e(\cdot)) = 2 + np(e)$;
3. para todo $e_1, e_2 \in E$, $np(e_1(e_2)) = 2 + np(e_1) + np(e_2)$;
4. para todo $e_1, e_2 \in E$, $np(e_1(e_2) \times e_3) = 2 + np(e_1) + np(e_2)$.

Notemos que, nos casos relativos às regras indutivas de E (os casos 2, 3 e 4), a caracterização da imagem e feita em termos da imagem da subexpressão direta (caso 2) ou das imagens das subexpressões diretas (casos 3 e 4).

Mostremos, agora, uma das propriedades das expressões de E relativas à função np . Desigualdade, mostramos que, para todo $e \in E$, $np(e) \geq 1$. É, para ser mais fidedel, com recurso ao Princípio de indução estrutural para E , descrito no exemplo anterior.

Para todo $e \in E$, seja $P(e)$ a afirmação “ $np(e) \geq 1$ ”.

1) $P(0)$ é a afirmação “ $np(0) \geq 1$ ”. Ora, $np(0) = 0$, que, evidentemente, é *par*. Logo, $P(0)$ é verdadeira.

2) Seja $e \in E$ e suponhamos que $P(e)$ é válida (a hipótese de indução (H.1)). Os u_j subexpressões que $np(e)$ é *par*. Queremos provar que $P(e(\cdot))$ é válida, i.e., que $np(e(\cdot)) \geq 1$ (ou, $np(e(\cdot)) = 2 + np(e)$). Sendo $np(e)$ *par*, por H.1, sabemos que $np(e)$ e $np(e_2)$ são pares. Como a soma de pares é também *par*, é claro que $np(e_1(e_2)) \geq 1$ *par*. Assim, podemos concluir que $P(e_1(e_2))$ é válida.

3) Seja $e_1, e_2 \in E$ e suponhamos que $P(e_1)$ e $P(e_2)$ são válidas (H.2). Logo, $np(e_1)$ e $np(e_2)$ são pares. Queremos mostrar que $P(e_1(e_2) \times e_3)$ é válida, ou seja, que $np(e_1(e_2) \times e_3) \geq 1$ *par*. Temos que $np(e_1(e_2) \times e_3) = np(e_1) + np(e_2)$. Ora, sabemos, por H.1, que $np(e_1)$ e $np(e_2)$ são pares. Consequentemente, $np(e_1(e_2) \times e_3)$ é *par*. Assim, podemos afirmar que $P(e_1(e_2) \times e_3)$ é válida.

Mostremos ainda que os condições 1, 2, 3 e 4 do Princípio de indução estrutural para E são válidas. Logo, por esse Princípio, concluímos que $P(e)$ é verdadeira para todo $e \in E$, ou seja, que $np(e) \geq 1$ *par* para todo $e \in E$.

Capítulo 1

Indução e Recursão Estruturais

Exemplo 1. Seja C o nome¹ subconjunto de \mathbb{N}_0 que satisfaz as seguintes condições:

1. $0 \in C$;
 2. para todo $n \in \mathbb{N}_0$, se $n \in C$, então $n + 2 \in C$;
- Exemplo de elementos de C são: $0, 2, 4$. De facto:
- 0 é um elemento de C , por C contém 1;
 - sabendo que $0 \in C$, por C satisfazer 2, segue $0 + 2 = 2 \in C$;
 - sabendo que $2 \in C$, por C satisfazer 2, segue $2 + 2 = 4 \in C$.

Adiante (e como é fácil de intuir), mostraremos que C é o conjunto dos números pares. Esta forma de definir o conjunto C é um caso particular das chamadas *definições indutivas de conjuntos*, um mecanismo muito útil para definir conjuntos (e de uso frequente em Ciências da Computação), que apresentaremos de seguida.

Definição 2. Sejam X um conjunto e B subconjunto não vazio de X . Seja O um conjunto de operações em X (i.e., funções do tipo $X^n \rightarrow X$, com $n \in \mathbb{N}$). Um subconjunto I de X tal que

- a) $B \subset I$;
- b) I é fechado para as operações de O (i.e., as operações de O quando aplicadas a elementos de I produzem elementos de I), por outras palavras, para cada operação $f: X^n \rightarrow X$ de O e para cada $(x_1, \dots, x_n) \in I^n$, $f(x_1, \dots, x_n) \in I$ é chamado um *conjunto indutivo*, sobre X , de base B e conjunto de operações O .

Observação 3. Admitamos as notações da definição anterior. Então:

¹Denota-se que um conjunto A tem *potência* que um conjunto B quando $A \subseteq B$.

3

7

2. O usual Princípio de indução sobre os naturais é o princípio de indução estrutural associado à seguinte caracterização indutiva de \mathbb{N} : \mathbb{N} é o menor subconjunto de \mathbb{N} que satisfaz as seguintes condições:

- a) $1 \in \mathbb{N}$;
- b) para todo $n \in \mathbb{N}$, se $n \in \mathbb{N}$, então $n + 1 \in \mathbb{N}$.

Exemplo 16. O Princípio de indução estrutural associado à definição indutiva do conjunto C do Exemplo 1 é o seguinte:

Seja $P(e)$ uma propriedade relativa a $e \in C$. Se:

1. $P(0)$;
2. $P(n)$, então $P(n + 2)$, para todo $n \in \mathbb{N}$;

então $P(e)$ é verdadeira, para todo $e \in C$.

Consideremos a propriedade $P(e)$, relativa a $e \in C$, dada por “ e é *par*”. Provemos que $P(e)$ é verdadeira para todo $e \in C$. Pelo Princípio de indução estrutural para C , basta mostrarmos as duas condições acima descritas.

1. 0 é *par*. Logo, $P(0)$ é verdadeira.
2. Se $e \in C$, Suponhamos que $P(e)$ é verdadeira. Então, é *par*. Logo, $e + 2$ é também *par* e, portanto, $P(e + 2)$ é verdadeira. Provamos, assim, a condição 2 do Princípio de indução estrutural para C .

Para mostrar que C é de facto o conjunto dos números pares, falta ainda demonstrar que C contém o conjunto dos números pares. Para tal, pode provar-se, por indução em \mathbb{N}_0 , que $n \in C$, se e só se, $2n \in C$. (Exercício.)

Exemplo 17. O Princípio de indução estrutural associado à linguagem de expressões E do Exemplo 8 é o seguinte:

Seja $P(e)$ uma propriedade sobre $e \in E$. Se:

1. $P(0)$;
2. se $P(e)$, então $P(e(\cdot))$, para todo $e \in E$;
3. se $P(e_1)$ e $P(e_2)$, então $P(e_1(e_2))$, para todo $e_1, e_2 \in E$;
4. se $P(e_1)$ e $P(e_2)$, então $P(e_1(e_2) \times e_3)$, para todo $e_1, e_2 \in E$;

então $P(e)$ para todo $e \in E$.

12 CAPÍTULO 2. CÁLCULO PROPOSICIONAL DA LÓGICA CLÁSSICA

- a) $\varphi \in \mathcal{F}^{PC} \Rightarrow \neg(\neg\varphi) \in \mathcal{F}^{PC}$, para todo $\varphi \in \{\mathcal{F}^{PC}\}$;
- b) $\varphi \in \mathcal{F}^{PC} \Rightarrow \neg(\neg\varphi) \in \mathcal{F}^{PC}$, para todo $\varphi \in \{\mathcal{A}, \vee, \wedge, \rightarrow\}$ e para todo $\varphi, \psi \in \{\mathcal{A}^{PC}\}$.

Exemplo 25. A fórmula $(\neg \neg \lambda) \wedge (\neg \mu \rightarrow \mu)$ é uma fórmula do CP. Por exemplo, $\lambda_1(\neg \neg \lambda), \mu_1(\neg \mu) \wedge (\neg \neg \lambda) \wedge (\neg \mu \rightarrow \mu)$

é uma sua sequência de formação. As palavras $\lambda_1(\neg \mu)$ e $\mu_1(\neg \mu)$ são fórmulas do CP. De facto, nenhuma palavra sobre \mathcal{A}^{PC} de comprimento 1 é uma fórmula do CP.

Exercício 26. Particularize o conceito de sequência de formação apresentado na Definição 9 ao caso da definição indutiva do conjunto \mathcal{F}^{PC} .

Notação 27. Os parênteses extremos e os parênteses à volta de sequências são muitas vezes omitidos. Por exemplo, a fórmula $(\mu \wedge \neg \mu) \vee \neg$ será utilizada como uma representação da fórmula $(\mu \wedge (\neg \mu)) \vee \neg$. Por abuso de linguagem, chamamos *fórmulas* a tais representações de fórmulas.

Teorema 28 (Princípio de indução estrutural para fórmulas do CP): Seja $P(\varphi)$ uma propriedade sobre fórmulas $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$. Se:

- a) $P(\neg \lambda)$;
 - b) $P(\varphi)$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$;
 - c) $P(\varphi) \Rightarrow P(\neg\varphi)$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$;
 - d) $P(\varphi_1) \wedge P(\varphi_2) \Rightarrow P(\varphi_1 \vee \varphi_2)$, para todo $\varphi_1, \varphi_2 \in \mathcal{F}^{PC}$;
 - e) $P(\varphi_1) \wedge P(\varphi_2) \Rightarrow P(\varphi_1 \vee \varphi_2)$, para todo $\varphi_1, \varphi_2 \in \mathcal{F}^{PC}$;
- então $P(\varphi)$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$.

Dem. Basta particularizar o Princípio de indução estrutural associado a uma definição indutiva ao caso da definição indutiva de \mathcal{F}^{PC} . □

Observação 29. Uma aplicação do resultado anterior para demonstrar uma propriedade é chamada uma *demonstração por indução estrutural* em fórmulas do CP.

2.1. SINTAXE

Observação 30. A definição indutiva de \mathcal{F}^{PC} é determinista, i.e., por esta razão, admite um princípio de recursão estrutural. Uma aplicação deste princípio para definir uma função é chamada uma *definição por recursão estrutural* em fórmulas do CP.

Definição 31. A função $var: \mathcal{F}^{PC} \rightarrow \mathcal{P}(\mathcal{V}^{PC})$, que a cada fórmula faz corresponder o conjunto das variáveis proposicionais que nela ocorrem, é definida, por recursão estrutural em fórmulas do CP, do seguinte modo:

- a) $var(\neg \lambda) = \emptyset$;
- b) $var(\neg \varphi) = \varphi$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- c) $var(\varphi \vee \psi) = var(\varphi) \cup var(\psi)$, para todo $\varphi \in \{\mathcal{A}, \vee, \wedge, \rightarrow\}$ e para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;

Exemplo 32. $var(\neg \lambda) = \{\neg \lambda\} \cup \emptyset = \{\neg \lambda\}$
 $var(\neg \varphi) = \varphi = \{\neg \varphi\} \cup \{\neg \neg \varphi, \neg\}$
 $\rightarrow \{\neg \lambda\} \cup \{\neg \neg \varphi\} \cup \{\neg \neg \neg\}$
 $\rightarrow \{\neg \lambda\} \cup \{\neg \neg \varphi\} \cup \{\neg \neg \neg\} \cup \emptyset$
 $\rightarrow \{\neg \lambda, \neg \varphi, \neg \neg\}$

Definição 33. A função $atv: \mathcal{F}^{PC} \rightarrow \mathcal{P}(\mathcal{A}^{PC})$, que a cada fórmula φ faz corresponder o elemento de \mathcal{A}^{PC} (ou seja, φ), é definida, por recursão estrutural em fórmulas do CP, como a única função atv tal:

- a) $atv(\neg \lambda) = \neg \lambda$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC} \cup \{\neg \lambda\}$;
- b) $atv(\neg \varphi) = \neg atv(\varphi)$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- c) $atv(\varphi \vee \psi) = atv(\varphi) \vee atv(\psi)$, para todo $\varphi \in \{\mathcal{A}, \vee, \wedge, \rightarrow\}$ e para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;

¹Esta é uma expressão X a notação $formal(X)$ representará o conjunto das *formas* (intuitivas) que podem ser obtidas a partir de um elemento de X . Observe que, na representação de *formas*, utilizamos sempre uma notação formal, tal como a notação $formal(\neg \lambda)$ para representar a *forma*, $\neg \lambda$, e não λ , pois este último é o nome de um *objeto* não representado através do nome.

2.2. SEMÂNTICA

Definição 35. Os valores lógicos do CP são 0 e 1. Estes valores são habitualmente chamados *verdadeiro* e *falso*, respetivamente, sendo também notados por V e F , respetivamente.

Definição 36. Uma função $v: \mathcal{F}^{PC} \rightarrow \{0, 1\}$ é uma *valoração* quando satisfaz as seguintes condições:

- a) $v(\neg \lambda) = 0$;
- b) $v(\neg \varphi) = 1 - v(\varphi)$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- c) $v(\varphi \wedge \psi) = \min(v(\varphi), v(\psi))$, para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- d) $v(\varphi \vee \psi) = \max(v(\varphi), v(\psi))$, para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- e) $v(\varphi \rightarrow \psi) = 0$ se e só se $v(\varphi) = 1$ e $v(\psi) = 0$, para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- f) $v(\varphi \leftrightarrow \psi) = 1$ se e só se $v(\varphi) = v(\psi)$, para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$.

Restantes casos (caso $v = \neg \lambda$, para algum $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$, e caso $v = v_1 \vee v_2$, para algum $v_1 \in \mathcal{F}^{PC}$ e $v_2 \in \mathcal{F}^{PC}$), ocorrem. □

2.2. Semântica

Definição 35. Os valores lógicos do CP são 0 e 1. Estes valores são habitualmente chamados *verdadeiro* e *falso*, respetivamente, sendo também notados por V e F , respetivamente.

Definição 36. Uma função $v: \mathcal{F}^{PC} \rightarrow \{0, 1\}$ é uma *valoração* quando satisfaz as seguintes condições:

- a) $v(\neg \lambda) = 0$;
- b) $v(\neg \varphi) = 1 - v(\varphi)$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- c) $v(\varphi \wedge \psi) = \min(v(\varphi), v(\psi))$, para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- d) $v(\varphi \vee \psi) = \max(v(\varphi), v(\psi))$, para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- e) $v(\varphi \rightarrow \psi) = 0$ se e só se $v(\varphi) = 1$ e $v(\psi) = 0$, para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- f) $v(\varphi \leftrightarrow \psi) = 1$ se e só se $v(\varphi) = v(\psi)$, para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$.

Proposição 37. Sejam v_1 e v_2 valorações v_1, v_2 e v fórmulas do CP. Então:

1. se $v_1(\varphi) = 1$, então $v_2(\varphi) = 0$ se e só se $v_1(\varphi) = 1$, então $v_2(\varphi) = 1$;

7. Dadas duas palavras e e f sobre um alfabeto, utilizamos a notação ef para representar a concatenação de e com f (i.e., a concatenação das respetivas sequências de letras, colocando primeira a sequência de letras relativa a e);
8. Uma linguagem sobre um alfabeto A é um conjunto de palavras sobre A (i.e., um subconjunto de A^*).

Exemplo 8. Seja A o alfabeto $\{0, 1, +, \cdot, \wedge, \vee\}$. Consideremos a linguagem E em A (e, para expressões), definida indutivamente pela seguinte regra:

1. $0 \in E$;
 2. $e \in E \Rightarrow e(e) \in E$, para todo $e \in A^*$;
 3. $e_1, e_2 \in E \Rightarrow (e_1 + e_2) \in E$, para todo $e_1, e_2 \in A^*$;
 4. $e_1, e_2 \in E \Rightarrow (e_1 \cdot e_2) \in E$, para todo $e_1, e_2 \in A^*$.
- Por exemplo, as palavras $0, e(0), (0 + 0), (e(0) + (0 \cdot 0))$ pertencem a E . De facto:
- $0 \in E$, pela regra 1;
 - de $0 \in E$, pela regra 2, segue $e(0)$;
 - de $0 \in E$, pela regra 4, segue $0 \cdot 0$;
 - de $e(0) \in E$ e $0 \in E$, pela regra 3, segue $(e(0) + (0 \cdot 0))$.

Já as palavras sobre $A \setminus \{0\}$ e $\{0\}$ não pertencem a E . Note-se que nenhuma palavra de E tem a letra \cdot como primeira letra e nenhuma palavra de E , com excepção da palavra 0 , tem o como última letra.

Definição 9. Seja (B, O) uma definição indutiva sobre um conjunto suporte X de um conjunto I e seja $e \in X$. Uma *sequência de formação* de e é uma sequência finita de elementos de X tal que

1. o último elemento é e ;
2. cada elemento pertence a B ou é imagem de elementos anteriores na sequência por uma operação de O .

Na representação de uma sequência de formação, habitualmente, usamos vírgulas a separar os elementos da sequência.

Exemplo 10. Retornemos o exemplo anterior. A sequência de palavras

$$0, e(0), (0 \cdot 0), (e(0) + (0 \cdot 0))$$

Exemplo 19. A definição indutiva do conjunto C do Exemplo 1 também permite a definição de funções por recursão estrutural. Por exemplo, existe uma e uma só função $f: C \rightarrow \mathbb{N}_0$ que satisfaz as seguintes condições:

1. $f(0) = 0$;
2. para todo $n \in C$, $f(n + 2) = 1 + f(n)$.

Acerca desta função, pode provar-se, com recurso ao Princípio de indução para C (ver Exemplo 1), que

3. para todo $n \in C$, $f(n) = 2 + f(n)$. (Exercício.)

Observação 20. Ao contrário do que sucede em relação ao Princípio de indução estrutural, nem todos os conjuntos indutivos têm um Princípio de recursão estrutural associado. Este princípio é válido apenas para os chamados *definições indutivas deterministas*, classe na qual se incluem as definições indutivas de C e E , que vimos nos Exemplos 1 e 8, e que se caracterizam por permitirem *descompor* nitidamente os seus elementos.

Vejamos um exemplo de uma definição indutiva não-determinista e de problemas que surgiram com um hipotético Princípio de recursão estrutural associado.

Temos a definição indutiva do CP do Exemplo 1 e acrescentemos-lhe, agora, a regra:

3. para todo $e \in \mathbb{N}_0$, se $n \in C$, então $2 + n \in C$.

Simultaneamente, as condições que definem a função f , no exemplo anterior, acrescentamos, agora, a seguinte condição associada à regra que acabamos de introduzir:

3. para todo $n \in C$, $f(2n) = 2 + f(n)$.

O Princípio de recursão estrutural associado asseguraria que esta condição, juntamente com as condições 1 e 2 do exemplo anterior, definiriam uma função. Mas, por exemplo, qual seria a imagem de 1 por f ?

Por um lado, $f(1) = f(2 \cdot 2) = 2 + f(2) = 2 + f(2 + 2) = 2 + 1 + f(0) = 2 + 0 + 3$ (baseado na primeira igualdade a descomposição de 1 pela regra 3 e usando a condição 3 na segunda igualdade).

Por outro lado, $f(1) = f(2 \cdot 1) = 1 + f(2) = 1 + 1 + f(0)$ (baseado na primeira igualdade a descomposição de 4 pela regra 2 e usando a condição 2 na segunda igualdade).

Teríamos, portanto, duas imagens distintas para 1, o que é impossível.

Consequentemente, o Princípio de recursão estrutural não pode ser válido para esta definição indutiva.

14 CAPÍTULO 2. CÁLCULO PROPOSICIONAL DA LÓGICA CLÁSSICA

Exemplo 34. A árvore sintática da fórmula “ $\neg \lambda \rightarrow (\neg \lambda \vee \neg \lambda)$ ” é:



Definição 35. A função $df: \mathcal{F}^{PC} \rightarrow \mathbb{N}_0$ é definida, por recursão estrutural em fórmulas do CP, como a única função df tal:

- a) $df(\neg \lambda) = 0$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- b) $df(\neg \varphi) = 1 + df(\varphi)$, para todo $\varphi \in \mathcal{F}^{PC}$;
- c) $df(\varphi \vee \psi) = 1 + \max(df(\varphi), df(\psi))$, para todo $\varphi \in \{\mathcal{A}, \vee, \wedge, \rightarrow\}$ e para todo $\varphi, \psi \in \mathcal{F}^{PC}$;

Dada uma fórmula φ , chamamos a $df(\varphi)$ a *comprimento lógico* ou o *nível* de φ .

Exemplo

